



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DO TESOURO



RELATÓRIO
DE EXECUÇÃO
DO PROGRAMA
DE REESTRUTURAÇÃO E DE
AJUSTE FISCAL
DO DISTRITO FEDERAL

DÉCIMA PRIMEIRA REVISÃO
ANO 2012

Brasília, maio de 2013.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE
FISCAL DO DISTRITO FEDERAL – DÉCIMA PRIMEIRA REVISÃO - ANO 2012

AGNELO QUEIROZ

Governador do Distrito Federal

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

Secretário de Estado de Fazenda

PAULO SANTOS DE CARVALHO

Subsecretário do Tesouro

Elaboração

ANDERSON MENDES BORGES

Gerente de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

ROGÉRIO GALVÃO DE CARVALHO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS

Coordenadora da Dívida Pública e Ajuste Fiscal

Colaboração Técnica da Equipe:

Subsecretaria da Receita/SEF

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 – SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2012	4
2 – EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2012	7
2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real	7
2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário	9
2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal	10
2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias	11
2.4.1 - <i>Receitas de Origem Tributária</i>	12
2.4.2 - <i>Detalhamento das ações</i>	13
2.4.3 - <i>Receitas de Origem Não Tributária</i>	21
2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos	21
2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real	22
3 – MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA	24
4 – PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2013 A 2015	24
CONCLUSÃO	31
IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES	32

INTRODUÇÃO

O presente relatório de execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal PAF – DF trata do acordo firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal, sob a égide da Lei nº 9.496 de 11 de setembro de 1997, e a Resolução do Senado nº 68 de 13 de dezembro de 1999, contrato STN/COAFI nº 003/99.

Nesse sentido, destaca os resultados nos termos propostos pela décima primeira revisão do Programa para viabilizar a sustentação fiscal e financeira obtidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF, no exercício de 2012. Assim, evidencia as ações implementadas para alcançar as metas e compromissos assumidos.

Para isso, analisa a execução orçamentária e financeira do GDF, considerando-se todas as fontes de recursos orçamentárias, com base nos demonstrativos contábeis e financeiros consolidados que compõem o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo e sintetiza o desempenho fiscal do DF em relação às metas do PAF-DF, para o ano de 2012, bem como uma comparação com exercícios anteriores e apresenta as perspectivas fiscais para o período 2013-2015.

Ressalte-se que, conforme definição do Termo de Entendimento Técnico, foram considerados neste relatório os cancelamentos de restos a pagar (processados e não- processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 2º Bimestre de 2013).

1 – SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2012

Em 2012, o resultado primário do Distrito Federal foi de R\$ 433 milhões negativos, dentro da meta estabelecida do Programa, também negativo em R\$ 457 milhões.

A tabela abaixo demonstra a evolução do resultado primário no último triênio:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012
I - Receita Bruta	10.703	12.072	13.714
Receitas de Arrecadação Própria	7.819	8.649	9.496
ICMS	4.687	5.230	5.738
Outras	3.132	3.419	3.758
Receitas de Transferências	2.884	3.423	4.218
FPE	337	415	428
Outras	2.548	3.008	3.791
II- Despesa com Transf. a Municípios	0	0	0
III- Receita Líquida (I - II)	10.703	12.072	13.714
IV- Despesa não financeira	10.573	12.018	14.147
Pessoal	5.289	6.388	6.910
OCC	5.285	5.630	7.237
Investimentos	977	908	1.532
Inversões	120	193	303
Outras Despesas Correntes	4.006	4.295	5152
Sentenças Judiciais	183	234	250
V - Resultado Primário (III - IV)	130	54	(433)

Os valores já consideram o valor de restos a pagar cancelados

FONTE: SIGGO

Para o cumprimento das metas e efetivo controle das finanças públicas, foi editada a Portaria Conjunta da Secretaria de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Fazenda -SEF nº 02 de 30 de janeiro de 2012, dispondo sobre o contingenciamento de dotações orçamentárias, programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício financeiro de 2012. O saldo disponível para contingenciamento não suportou o valor sinalizado, decidindo-se, desta forma, contingenciar apenas o valor referente à frustração de receita, conforme se verificam nas Portarias Conjuntas das Secretarias de Planejamento – SEPLAN DF e da Fazenda – SEF DF de nº 03 de 27 de fevereiro, nº 4 de 29 de março e nº 31, de 25 de junho de 2012.

A Receita Bruta do Distrito Federal alcançou, em 2012, R\$ 13,7 bilhões, apresentando um acréscimo nominal com relação ao ano de 2011, de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, acima do previsto no PAF para 2012. O acréscimo real, dessa Receita Bruta, com relação a 2011, foi de 7,11%.

Em 2012, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 8,3 bilhões, valor superior ao previsto no Programa de Ajuste Fiscal, em R\$ 4,9 milhões. No que diz respeito à arrecadação realizada com o ICMS, o DF alcançou R\$ 5,7 bilhões, em consonância com a previsão no Programa de Ajuste Fiscal para 2012. O ISS arrecadou R\$ 1,08 bilhão em 2012.

Já o IPVA apresentou um pequeno acréscimo de R\$ 1,7 milhões em relação ao projetado no Programa e a arrecadação do IPTU, em 2012, foi inferior à previsão em R\$ 112 milhões.

As receitas de operações de crédito somaram R\$ 213 milhões em 2012 superando em R\$ 60 milhões às do ano de 2011 (R\$ 153 milhões). Com relação à receita de alienação de bens o governo arrecadou R\$ 13 milhões.

As despesas não financeiras, em 2012, superaram as do ano anterior em R\$ 2,1 bilhões. Essa variação ocorreu principalmente, devido ao acréscimo das despesas com pessoal e encargos sociais e investimentos.

Mesmo com um aumento em relação ao exercício anterior, as despesas com pessoal mantiveram-se a níveis inferiores ao limite previsto, foi registrado 52,23% da Receita Corrente Líquida, índice abaixo dos 60% programados, excluídas as despesas com inativos e pensionistas. Consta no câmputo das despesas o transbordo de gastos nas aéreas de saúde e educação, mantidas pelo Fundo Constitucional do DF, no valor de R\$ 3 bilhões despendido pelo tesouro local, no ano de 2012, representou uma diminuição nominal de R\$ 800 milhões em relação ao valor liberado no exercício de 2011 (R\$ 3,8 bilhões).

Quanto às despesas previdenciárias, desde o exercício de 2009 o Distrito Federal passou a figurar no ranking dos Entes que estão capitalizando recursos para promover as futuras aposentadorias e pensões mediante segregação da massa de servidores, de forma que os benefícios daqueles admitidos a partir de 01/01/2009, não mais dependam dos recursos do Tesouro, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF. Desta forma, em 2012, pelo quarto ano consecutivo, a unidade orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF integrou a Lei Orçamentária Anual/DF como gestor único do RPPS/DF, tendo suas despesas excluídas do somatório dos gastos com pessoal e encargos.

As despesas com investimento apresentaram um aumento no período, se comparadas a 2011. Essa variação nominal foi de R\$ 592 milhões, isto é, no ano de 2012 foi de R\$ 1,5 bilhão, já em 2011 fora de R\$ 908 milhões.

As despesas com investimento apresentaram um aumento no período, se comparadas a 2011. Essa variação nominal foi de R\$ 592 milhões, isto é, no ano de 2012 foi de R\$ 1,5 bilhão, já em 2011 fora de R\$ 908 milhões.

Do total investido em 2012, as despesas efetuadas com fontes de recursos contratados por operações de crédito foram de R\$ 39 milhões, apresentando uma redução se comparada aos anos de 2010 e 2011 (R\$ 303 milhões e R\$ 128 milhões, respectivamente). Por outro lado, as inversões financeiras foram de R\$ 303 milhões no exercício, uma variação nominal de R\$ 109 milhões em relação a 2011 (R\$ 193 milhões).

Ao final de 2012, a Dívida Financeira do Distrito Federal atingiu R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 2,08 bilhões de contratos internos e R\$ 646 milhões de recursos externos. Do montante da Dívida Interna, R\$ 1,2 bilhão refere-se à dívida renegociada com o Governo Federal no âmbito da Lei 9.496/97.

A relação anual Dívida/Receita Líquida Real - RLR apresentou-se em 0,23, demonstrando que o GDF vem mantendo o equilíbrio de seu endividamento, desde o refinanciamento de sua dívida com a União em 1999.

A combinação dos desempenhos das receitas e despesas não financeiras do Distrito Federal, em 2012, se traduziu no déficit primário de R\$ 433 milhões, conforme abordagem detalhada contida na seção 2.2, que trata da meta nº 2 - Resultado Primário.

2 – EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2012

2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real

DÍVIDA/RLR	2012	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	≤ 1	0,23

No exercício de 2012, a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real apresentou o índice de 0,23, valor menor a 2011 (0,24), bem abaixo da meta do Programa, conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2 - DÍVIDA CONSOLIDADA (R\$ milhões)

ITENS	2009	2010	2011	2012
Dívida Financeira	2.114	2.377	2.542	2.731
Interna	1.741	1.888	1.933	2.085
Externa	373	489	609	646
Receita Líquida Real	8.519	9.526	10.637	11.860
Relação Dívida Consolidada/RLR *	22%	25%	24%	23%

FONTE: SIGGO

A Dívida Financeira, posicionada em dezembro de 2012, apresentou um estoque de R\$ 2,7 bilhões. Deste total, 76,34% referem-se à dívida interna e 23,66 % à dívida externa. Em relação aos valores de 2011 (R\$ 2,5 bilhões) observou-se um acréscimo de 7,4% no estoque da dívida.

Uma das razões para o crescimento verificado do saldo da dívida em 2012 foi o desempenho do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI), que corrige monetariamente a maior parte da dívida do GDF, apresentando variação anual positiva de 8,1%. Sendo este o indexador do contrato de refinanciamento com a União (Lei nº 9.496/97), que tem grande representatividade no estoque desta dívida (46,18 % do total da dívida da administração direta), conforme a tabela 3.

Ressalte-se que variação cambial positiva do dólar ocorrida em 2012 para os contratos externos indexados a moeda americana contribuiu para alteração no valor do estoque da dívida.

TABELA 3 -DÍVIDA CONTRATUAL POR CREDOR

CREDOR	SALDO DEVEDOR	R\$ mil
		%
UNIÃO	1.191.997.120	46,18%
BID	520.746.402	20,17%
BNDES	278.064.198	10,77%
CAF	2.110.983	0,08%
CAIXA	465.115.466	18,02%
BIRD	123.176.917	4,77%
TOTAL	2.581.211.086	100%

Ainda há às outras dívidas que compõem a Dívida Consolidada do Distrito Federal, como os parcelamentos de INSS e o financiamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), o que representa pouco mais que 5,4% do total, conforme tabela abaixo:

TABELA 4- OUTRAS DÍVIDAS

OUTRAS DÍVIDAS	R\$ mil
	SALDO DEVEDOR
PARCELAMENTO	64.499
CODHAB (Financiamento Imobiliário com a Caixa)	85.329
TOTAL	149.828

Outro motivo que ocasionou o aumento da dívida diz respeito ao volume de liberações ocorridas no ano sob comento. Em 2012 foram liberados R\$ 213 milhões. Desse total, R\$ 172 milhões foram os contratos vinculados à Caixa Econômica Federal – CEF, valores que sofreram uma grande alta em virtude do novo contrato de aporte de capital na Companhia Energética de Brasília – CEB, no valor de R\$ 160 milhões. Ainda houve liberações para o BNDES no valor de R\$ 19 milhões.

No caso da Dívida Externa, ocorreram liberações no contrato do Programa Transporte Urbano no valor de R\$ 2,8 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; no contrato Programa de Modernização da Gestão Pública do DF (SWAPP) no valor de R\$ 18,8 milhões, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; e no Programa de Gestão das águas e Drenagem Urbana no valor de R\$ 0,6 milhões, pela Corporação Andina de Fomento – CAF.

Por fim, cabe ressaltar que no ano de 2012 foram assinados 2 novos contratos junto à CAIXA, ainda não liberados: um destinado ao SISTEMA DE TRANSPORTE DE

destinado ao SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – EIXO SUL e outro ao Programa de Financiamento Contrapartida do PAC - CPAC - PARANOÁ PARQUE.

2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	2012	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	(R\$ 457 milhões)	(R\$ 433 milhões)

O resultado primário apurado ao final de 2012 foi de R\$ 433 milhões negativos. Este resultado, apesar de deficitário, ficou dentro da meta estabelecida pelo programa (R\$ 457 milhões negativos)

O Desempenho financeiro fiscal no ano de 2012, somado à diferença das receitas financeiras e os juros pagos pelos serviços da dívida (R\$ 62 milhões), gerou, em 2012, uma necessidade de financiamento da ordem de R\$ 371 milhões. O resultado acrescido das fontes de financiamento (alienação de ativos e ingresso de operações de crédito), descontado do valor da amortização da dívida (R\$ 162 milhões), apresentou uma deficiência de R\$ 306 milhões, conforme demonstrado na tabela 5 a seguir:

TABELA 5 – DETALHAMENTO DOS ATRASOS/DEFICIÊNCIAS (R\$ milhões)

ITENS	2009	2010	2011	2012
(A) Resultado Primário	(576)	130	149	(433)
(B) Juros Líquidos	(58)	(91)	(107)	(62)
(C) Necessidade de Financiamento (B - A)	517	(221)	(256)	371
(D) Amortização da Dívida	124	130	143	162
(E) Fontes de Financiamento	311	359	182	227
(F) Atrasos/Deficiências * (C + D - E)	330	(450)	(295)	306

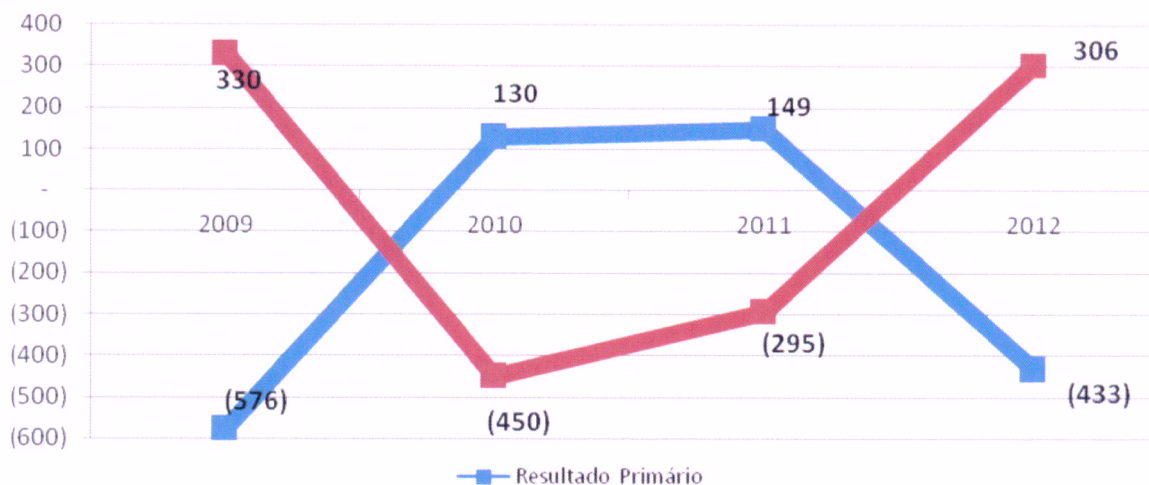
FONTE: SIGGO

Nota: Atrasos/Deficiência: Diferença entre a necessidade de financiamento agregada ao valor da amortização da dívida e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos).

*Valores negativos: Indicam que a receita líquida anual e as fontes de financiamentos foram mais do que suficientes para honrar as despesas com a dívida do DF.

Da análise do gráfico 1, a seguir, verifica-se a relação da evolução dos resultados primários e dos atrasos/deficiências apresentados no triênio anterior ao exercício de 2012, em análise. O fato de os atrasos/deficiências terem apresentado resultado positivo demonstra que a soma do resultado primário com as fontes de financiamento do GDF não foi suficiente para honrar os compromissos financeiros do serviço da dívida e ainda suportar investimentos na ordem de R\$ 1,5 bilhão.

**Gráfico 1: Resultado Primário X Atrasos/Deficiências
(R\$ milhões)**



Observa-se, ainda, da Tabela 5, que pelo quinto ano consecutivo desde a assinatura do Programa, os juros líquidos (diferença entre a receita financeira e o pagamento dos juros da dívida) apresentaram-se negativos, com resultado de R\$ 62 milhões em 2012.

2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal

DESPESAS PESSOAL/RCL	2012	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	60 %	52,23% *

Nota: * Excluídas as despesas com Inativos e Pensionistas

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais alcançaram ao final de 2012 R\$ 6,9 bilhões, o que representou 52,23% da Receita Corrente Líquida - RCL anual (R\$ 13,1 bilhões). Dessa forma, a despesa com pessoal se manteve dentro da projeção de 53,72% e da meta estabelecida de 60%.

Em comparação a 2011 houve um crescimento nominal de R\$ 504 milhões. Tal variação explica-se, principalmente, por reajustes e reestruturação de carreiras concedidas por força de leis publicadas em 2009, 2011 e 2012 além do crescimento vegetativo da folha.

Salienta-se que em 2012 houve as edições dos Decretos números 33.550 e 33.551 de 29/02/2012, combinado com o decreto nº 33.234 de 29/09/2011, que passaram

a disciplinar com maior rigor as demandas relacionadas a proposições que suscitaram a geração de aumento das despesas com pessoal e encargos sociais, o que contribui com efetivo controle da meta.

Do total gasto com Pessoal foram desconsideradas as despesas com inativos e pensionistas, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF em 2009 (Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008)¹. Os valores despendidos com inativos, pensionistas e outras despesas para manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPREV/DF excluídas no cômputo da meta totalizaram R\$ 1,5 bilhão, no exercício de 2012.

Já as despesas de pessoal da Polícia Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são custeadas com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal/FCDF, portanto, não integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental - SIGGo e, assim, não fazem parte do Programa.

Ressalta-se que o aporte de recursos do Tesouro em complemento aos valores do FCDF/DF para custear os salários das áreas de saúde e educação está considerado no cômputo das despesas de 2012. O valor de R\$ 3 bilhões despendido pelo tesouro local, no ano de 2012, representou uma diminuição nominal de R\$ 800 milhões em relação ao valor liberado no exercício de 2011.

2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias

RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA	2012	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	R\$ 9.426 milhões	R\$ 9.496 milhões

As receitas próprias do Distrito Federal, ao final do exercício de 2012, foram de R\$ 9.496 milhões, superando em R\$ 70 milhões ao programado de R\$ 9.426 milhões. Tendo em vista as receitas do ano 2012, com relação ao ano anterior, houve o crescimento nominal de R\$ 840 milhões em relação às receitas realizadas.

A tabela a seguir, apresenta um comparativo detalhado entre a meta e a realização das receitas próprias no exercício.

¹ Considerando a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF, por meio da Lei Complementar nº 769 de 30/06/2008, as despesas com Inativos e Pensionistas foram classificadas na Lei Orçamentária Anual/2010 no grupo de Outras Despesas Correntes. A partir de maio de 2011, tais valores voltaram a ser classificado no grupo de Pessoais e Encargos Sociais, mas permanecendo fora do cômputo para fins do Programa.

TABELA 6- RECEITAS PRÓPRIAS (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012		Diferença (Meta x Realizado)
			Meta	Realizado	
Tributária	6.849	7.624	8.324	8.329	5
<i>Impostos</i>	6.723	7.488	8.175	8.180	5
ICMS	4.494	5.009	5.467	5.494	27
ISS	856	941	990	1.083	93
Imposto Simples	193	221	269	244	(25)
IPTU	400	446	587	475	(112)
ITBI	210	209	248	277	28
ITCD	33	39	61	53	(8)
IPVA	537	623	553	554	2
<i>Taxas</i>	126	136	150	149	(1)
Receita de Contribuição	84	114	150	149	(1)
Patrimonial (excluídas as receitas financeiras)	95	70	34	63	29
Agropecuária	0	0	0	0	0
Industrial	3	4	0	4	4
Serviços (excluídos os serviços financeiros)	293	308	355	359	4
Dedução da Receita de Vendas e Serviços	5	4	0	4	4
Outras Correntes	487	529	549	577	28
Multas/Juros de Mora	226	254	255	263	9
Indeniz. Restituições	20	15	25	20	(5)
Receita da Dívida Ativa	138	181	196	223	27
Receitas Diversas	102	78	74	71	(2)
Receitas de Capital - Amortização de Empréstimos	13	5	13	19	5
Total	7.819	8.649	9.426	9.496	70

FONTE: SIGGO

2.4.1 - Receitas de Origem Tributária

Em 2012, a receita de origem tributária do Distrito Federal prevista no Programa foi de R\$ 8.324 milhões, já o montante arrecadado foi de R\$ 8.329 milhões, superior em R\$ 5 milhões.

Do ponto de vista do ICMS, a receita realizada em 2012, foi de R\$ 5.738 milhões (R\$ 5.494 milhões de ICMS e R\$ 244 milhões do Simples), superando em aproximadamente R\$ 1,7 milhão ao projetado para 2012 (R\$ 5.736 milhões). Um dos fatores que contribuiu para o feito foi o Convênio ICMS 75/12, que viabilizou a implementação do programa de recuperação de créditos intitulado "ICMS em dia". A receita decorrente do programa foi da ordem de R\$ 70 milhões.

O ISS arrecadou R\$ 1.083 milhões, em 2012, R\$ 93 milhões acima da receita prevista, que era de R\$ 990 milhões. Apesar do Índice de Confiança de Serviços - ICS da

FGV, de abrangência nacional, ter apresentado queda, no Distrito Federal a arrecadação com esse imposto foi acima da meta, o aumento deve-se pela retenção do imposto por órgãos públicos federais e distritais por ocasião do pagamento a prestadores de serviço; à inclusão de novas categorias de contribuintes no rol dos substitutos tributários; e aos esforços da fiscalização sobre contribuintes do imposto.

A receita do ITBI realizada ficou R\$ 29 milhões acima da prevista, isto é, a arrecadação de R\$ 277 milhões, superou a prevista na meta do PAF que era de R\$ 248 milhões. Contribuiu para tal resultado a atualização no segundo semestre de 2012 da pauta de valores imobiliários utilizada na cobrança do tributo.

Na arrecadação do IPVA não houve grandes variações em relação ao que fora planejado, uma vez que a diferença entre o previsto e o arrecadado foi de R\$ 1,7 milhão no ano de 2012. Em termos percentuais a variação entre a meta e a arrecadação foi de 0,3%. Esse fato ocorreu devido ao maior abatimento do programa Nota Legal do que o previsto, bem como da Lei 4.733/2011, que isentou os veículos novos do IPVA.

O IPTU ficou abaixo da meta prevista em 2012, a diferença foi de cerca de R\$ 112 milhões entre o arrecadado e o previsto na meta. Tal diferença pode ser explicada pela realização da renúncia superior à prevista, pela frustração de expectativa de acréscimo de receita decorrente da cobrança de imóveis não incluídos no cadastro imobiliário, além de inadimplência superior à prevista.

A receita arrecadada do ITCD em 2012 foi de R\$ 53 milhões, também inferior a meta, em aproximadamente R\$ 7,7 milhões. Esse desvio pode ser explicado pelo não alcance de todo o montante esperado de receita proveniente da cobrança do ITCD sobre doações com base em informações da Receita Federal.

2.4.2 - Detalhamento das ações

Em 2012, as principais ações de combate à evasão e sonegação fiscais desenvolvidas foram:

Projeto	Objetivo	Resultado
Instituição da Malha Fina Distrital – Malha DF	Realização de cruzamento da base de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e das informações das administradoras de cartão de crédito e débito com as informações prestadas pelos contribuintes nos Livros Fiscais Eletrônicos – LFE.	Foram alcançados 5.095 contribuintes, sendo que 2.586 retificaram as informações do livro fiscal eletrônico – LFE. O montante de faturamento declarado após notificação foi de R\$ 3.020.368.740,66 e o ICMS devido de R\$ 39.731.139,43. R\$ 4.655.399,56 foram parcelados. 40 auditorias foram distribuídas e 11 encerradas, com R\$ 8.632.902,02 de crédito constituído.
Projeto de Monitoramento NF-e x LFE	Confronto realizado entre o ICMS destacado nas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas e o ICMS declarado no Livro Fiscal Eletrônico. Os contribuintes com divergências estão sendo notificados das inconsistências identificadas a fim de apresentar justificativa e/ou proceder à retificação das informações fiscais.	Foram selecionados 633 contribuintes e emitidas 523 notificações. 223 contribuintes retificaram as informações do LFE, com incremento no ICMS declarado após notificação em R\$ 8.277.542,92, com R\$ 6.556.135,18 parcelados.
Monitoramento dos segmentos de construção civil, ensino e hotéis	Acompanhar a arrecadação de segmentos específicos.	Construção civil: Notificação das 100 maiores empresas do segmento. Ensino:

Projeto	Objetivo	Resultado
		entregues mais de 100 notificações e dados compilados de 115 escolas e faculdades, com 3 auditorias em andamento. Hotéis: 10 empresas do segmento encontram-se sob ação fiscal.
Outras ações de monitoramento	Acompanhamento da arrecadação e orientação aos contribuintes dos diversos segmentos monitorados empresas dos segmentos de comunicação, energia elétricas e combustíveis; substitutos e responsáveis tributários do ISS e do ICMS; contribuintes enquadrados no Simples Nacional.	Constituição de crédito tributário referente às auditorias realizadas no valor total de R\$ 205.133.841,19.
Operações de fronteira e de fiscalização do trânsito de mercadorias.	Identificação de irregularidade no trânsito de mercadorias e lavraturas de auto de infração e/ou apreensão respectivo.	Foram lavrados 3.321 auto de infração e apreensão, com R\$ 130.559.560,52 de crédito constituído.

INDICADORES DE DESEMPENHO

- IA - Índice de Assertividade = $\{N.^{\circ} \text{ de auditorias concluídas com Crédito Constituído} \div [(c)-(d)] \div N.^{\circ} \text{ de auditorias concluídas}\} \cdot 100$
 $(384 / 454) \cdot 100 = 85\% \rightarrow \text{Acumulado do ano até novembro de 2012}$
 Demonstra o percentual de auditorias concluídas com Crédito Constituído.

- QAPN - Quantidade média de auditorias concluídas, por núcleo, por mês = (N.º de auditorias concluídas / quantidade de núcleos / quantidade de meses)
 $(454 / 3 / 11) = 13,76 \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro de 2012
 Demonstra o número médio de auditorias concluídas, em cada núcleo, por mês.
- QAPA - Quantidade média de auditorias concluídas, por auditor, por mês = (N.º de auditorias concluídas / quantidade de auditores envolvidos / quantidade de meses)
 $(454 / 33 / 11) = 1,25 \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro de 2012
 Demonstra o número médio de auditorias concluídas, por auditor, por mês.
- PMCA - Prazo médio de conclusão de auditorias, por auditor, em dias = $(30 / QAPA)$
 $(30 / 1,25) = 24$ dias \rightarrow Acumulado do ano até novembro de 2012
 Demonstra o prazo médio, em dias, para conclusão de auditoria, por auditor.
- VCPAC - Valor do Crédito Constituído por auditorias concluídas = (Crédito Constituído / N.º de auditorias concluídas)
 $R\$ 259.506.433,78/454) = R\$ 571.600,07/$ auditoria \rightarrow Acumulado do ano até novembro de 2012.
 Demonstra o valor médio de Crédito Constituído, por auditoria, por mês.
- VCPAM - Valor do Crédito Constituído, por auditor, por mês = (Crédito Constituído / quantidade de auditores envolvidos / quantidade de meses)
 $R\$ 259.506.433,78/33/ 11) = R\$ 714.893,76/$ auditor / mês \rightarrow Acumulado do ano até novembro de 2012.
 Demonstra o valor médio de Crédito Constituído, por auditor, por mês.

No que diz respeito às ações implementadas foram adotadas as seguintes medidas:

Medida	Resultados Alcançados em 2012
Saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes e melhoria dos processos de lançamento e cobrança dos tributos diretos (IPTU, TLP, ITBI, ITCD e ISS profissional autônomo).	Em razão dessas ações, as metas fixadas pela SUREC para o IPTU e TLP foram alcançadas. No caso do IPVA, a despeito do acréscimo significativo do número de veículos, houve queda da arrecadação real em função da

Medida	Resultados Alcançados em 2012
	isenção concedida a veículos novos.
Inclusão de novos imóveis no Cadastro Imobiliário, notadamente aqueles provenientes de condomínios.	Incremento de 18.278 imóveis cadastrados em 2.012, representando acréscimo de 2,2% comparado com 2011.
Programa de recuperação de créditos "ICMS em Dia"	Recuperação de R\$ 67,2 milhões.
Cobrança do ITCD proveniente de doações ocorridas em 2007.	Receita de R\$ 7,8 milhões.
Contratação do geoprocessamento, projeto em parceria com a SEDHAB para mapeamento aerofotográfico do DF e desenvolvimento do correspondente sistema de associação da imagem com o imóvel cadastrado, que tem por finalidade atualizar o Cadastro Imobiliário do DF.	Esse projeto está em fase de licitação e será financiado pela Secretaria de Estado de Fazenda do DF com recursos do PNAFM.
Vistorias fiscais para verificação de área construída e atualização do Cadastro Imobiliário.	1.740 vistorias estão sendo feitas mensalmente, a partir do mês de outubro/2012, começando pela cidade satélite do Riacho Fundo, e deverá prosseguir até que todos os imóveis não coletivos do DF, por região administrativa, sejam vistoriados.
Restabelecimento, após dois anos, do procedimento simplificado de cobrança denominado Rito Especial, com base em nova metodologia. O procedimento consiste na cobrança por meio de aviso eletrônico dos impostos (ICMS e ISS) declarados e não recolhidos.	Cobrados por rito sumário R\$ 17,4 milhões referentes a novembro de 2011; R\$ 84.918.594,21 referentes ao período de janeiro a novembro de 2007 e R\$ 142.280.600,01 referentes ao período de janeiro a abril de 2012, valores originais.
Projeto Integrar com o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, com a instituição do Contrato-	O processo entrará em produção ainda este ano e será responsável pela diminuição de cerca de 50% das concessões de inscrição

Medida	Resultados Alcançados em 2012
<p>Padrão - projeto iniciado em novembro de 2012, cujo objetivo é a redução do prazo de registro de empresas na Junta Comercial do DF, permitindo aumento do número de empresas regularizadas. A partir dele, a SEF passará a fazer a geração on-line das inscrições, baseando-se em arquivos encaminhados pelo MDIC via WebService.</p>	<p>feitas na Central de Atendimento Empresarial – CAEMI.</p>
<p>Consolidação da Nota Fiscal Eletrônica/NFe no Distrito Federal e do Conhecimento de Transporte Eletrônico.</p>	<p>Apesar de não haver novo grupo de obrigados, a exigência provocou um aumento de 30% na quantidade de emissores, que passou de 7.270 em dezembro/2011 para 9.710 em novembro/2012, com 2.623.376 documentos fiscais emitidos apenas em novembro/2012.</p> <p>Em julho de 2012 iniciou-se o uso deste tipo de documento, sendo que em novembro de 2012 já foram emitidos 66.088 documentos, por 81 emissores.</p>
<p>Suspensão de contribuintes devido à omissão na entrega de Livro Fiscal, com o objetivo de coibir a prática.</p>	<p>Suspensão da inscrição cadastral de 13.480 contribuintes omissos; com multas acessórias pagas no valor de R\$ 1.692.861,84 e parceladas no valor de R\$ 911.416,77.</p>
<p>Depuração cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes com a finalidade de atualizar o Cadastro Fiscal. Essa alteração pode implicar medidas</p>	<p>Baixas 45.256 inscrições canceladas há mais de 5 anos; suspensas 18.779 inscrições; cancelamento de 4.998 inscrições e reativação de 9.528 inscrições.</p>

Medida	Resultados Alcançados em 2012
punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos).	
Programa Nota Legal – promovida ampla reformulação ao longo do exercício de 2012: a) disponibilização de novo portal para acesso pelo consumidor, com visual moderno e voltado para facilitar a navegabilidade, acessibilidade e usabilidade, em especial para os deficientes visuais; b) disponibilização de ficha de protocolo com o uso de código de barras, agilizando a entrega das reclamações para análise pelo Fisco mediante a recepção por leitoras óticas nas Agências de Atendimento.	260.000 documentos digitalizados e 208.000 reclamações analisadas, com 38.726 autos de infração gerados. O valor dos créditos relativos a 2012 e utilizados no abatimento do IPTU e do IPVA em 2013 é de R\$ 90 milhões. O abatimento no IPTU e no IPVA em 2012 foi de R\$ 78,6 milhões.

Foram providenciadas as seguintes alterações legislativas em 2012:

- a) Lei nº 4.982, de 06/05/2012, que efetuou revisão geral das multas aplicáveis a infrações relativas aos tributos indiretos;
- b) Lei nº 4.960, de 01/11/2012, que instituiu o Programa ICMS EM DIA, destinado a promover a recuperação e a regularização de créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, na forma e nas condições nela estabelecidas;
- c) Lei nº 4.866, de 09/07/2012, que dispõe sobre realização em dinheiro, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, mediante documento expedido pelo Poder

Judiciário que identifique sua natureza tributária, dos depósitos judiciais de tributos, inclusive seus acessórios, de competência do Distrito Federal, inscritos ou não em dívida ativa e sobre o repasse ao BRB dos depósitos acima referidos existentes em outras instituições financeiras;

- d) No julgamento do contencioso administrativo-fiscal foram desenvolvidas gestões para aprimorar o sistema de acompanhamento dos processos do contencioso que propiciará, entre outras ações, o monitoramento das causas de fragilidade do lançamento tributário e a notificação virtual das decisões aos contribuintes. Foram ainda apresentados aos setores responsáveis pelo lançamento do crédito tributário problemas detectados no julgamento relacionados à elaboração dos autos de infração e apresentados procedimentos visando a uma melhor aplicação do novo processo administrativo fiscal (Lei nº 4.567/2011), também objetivando maior celeridade nos trâmites processuais. Foi ainda intensificado o controle e cobrança do atendimento das diligências expedidas pelo julgamento com objetivo de impedir a decadência prevista no art. 149, parágrafo único, do CTN, em caso de revisão de ofício do auto de infração/apreensão. Foram julgados em 2012 um total de 956 processos, no valor de R\$ 598,8 milhões; e
- e) Na atividade de esclarecimento de normas, as situações fáticas objeto de consulta pelos contribuintes permitem identificar possíveis condutas em desacordo com a legislação tributária, o que motiva alterações na legislação tributária tendentes a coibir ou dificultar a prática de ilícitos tributários. Ademais, diversos processos relativos a parecer em solução de consulta ensejam procedimentos de adequação da conduta do Consulente, bem assim, de todos que se encontrem condições similares. Nesse nexo, diversos processos foram remetidos à fiscalização, na circunstância de possibilitar àquela área estabelecer programação fiscal tendente a identificar situações de ilícito tributário.

Renúncia de Receitas

A renúncia de receita tributária atingiu R\$ 859 milhões em 2012, sendo R\$ 760 milhões referentes a benefícios do ICMS. A renúncia representou 10,6% do total da arrecadação.

TABELA 7 - RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (R\$ milhões)

TRIBUTOS	RENÚNCIA	ARRECAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE
ICMS	760	5.494	14%
ISS	9	1.083	1%
IPTU	58	475	12%
ITBI	1	277	0%
ITCD	2	53	4%
IPVA	16	554	3%
TLP	10	90	11%
Multas e juros	2	106	2%
Total	859	8.132	11%

Fonte: Núcleo de Política Fiscal/COPET/SUREC

2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária

Em 2012, as receitas próprias não tributárias mantiveram participação de 12% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, acima do que foi acordado com PAF em R\$ 27 milhões.

As receitas de Serviços, excluídas as financeiras, totalizaram mais de R\$ 358 milhões em 2012, atendendo a previsão da meta proposta (R\$ 355 milhões). Do total dessa receita, a de serviços de transporte (R\$ 113 milhões) e os serviços de trânsito (R\$ 181 milhões) foram o que apresentaram maior representatividade (82% do total).

2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

Com respeito aos compromissos previstos no Programa de Ajuste Fiscal para 2012, o Governo do Distrito Federal promoveu as seguintes ações:

- Realizou dispêndios com “Outras Despesas Correntes” que apresentou o índice de 43,60% em relação à Receita Líquida Real-RLR do exercício, acima dos 43,22% da RLR definido na meta.
- Encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional-STN, até o dia 31 de maio de 2013, o relatório de execução do PAF relativo ao exercício de 2012;
- Manteve atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis-SISTN, junto a Caixa Econômica Federal de acordo com as normas estabelecidas pela STN;
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento do Programa, na Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal por meio da Gerência de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal, subordinados a Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 33.370, de 29/11/2011, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal);

- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento das Empresas Dependentes do Distrito Federal por meio da Gerência de Acompanhamento dos Haveres vinculada à Coordenação de Acompanhamento dos Haveres e do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, subordinados a Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 33.370, de 29/11/2011, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal);
- Divulgou no site da Secretaria de Estado de Fazenda informações sobre o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.
- Manteve estrutura técnico-institucional na Secretaria de Estado de Fazenda com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem a adaptação da contabilidade pública distrital aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

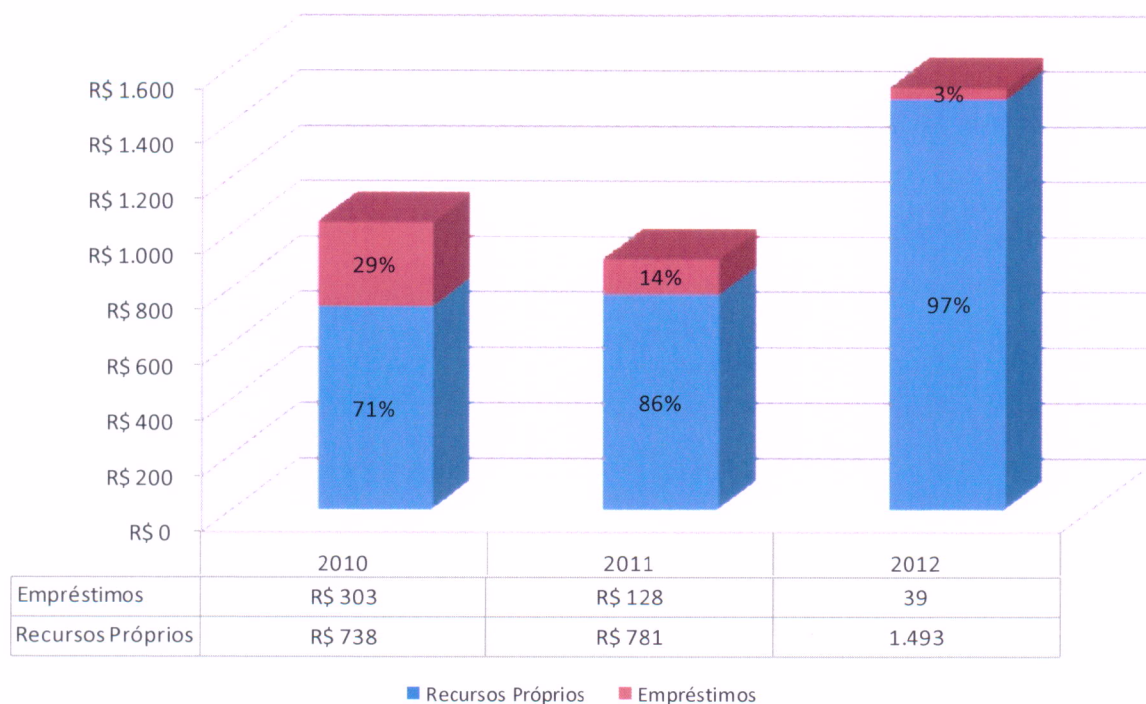
2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real

INVESTIMENTO/RLR	2012	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	14,02%	15,47%

Os investimentos e as inversões financeiras do Governo do Distrito Federal, em 2012, totalizaram R\$ 1,8 bilhão, mantendo a relação Investimento e Inversões/RLR em 15,47%, acima dos 14,02% programado.

As despesas com investimentos somaram R\$ 1,5 bilhão em 2012, R\$ 908 milhões em 2011 e R\$ 1,0 bilhão em 2010, valores que corresponderam a 15,47%, 10,35% e 11,60% da RLR nos respectivos exercícios. O gráfico 2, abaixo, detalha a origem dos recursos investidos durante o período de 2010 a 2012.

**Gráfico 2: Investimento por fonte
(R\$ milhões)**



As receitas de operações de crédito que financiaram as despesas com investimentos totalizaram R\$ 38,6 milhões, sendo R\$ 25,5 milhões de financiamentos internos e R\$ 13,1 milhões externos.

As despesas com inversões financeiras foram compostas basicamente pela constituição/aumento de capital (R\$ 192 milhões) e empréstimos mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos (R\$ 111 milhões). Os benefícios creditícios são concedidos por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEF, para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Destacamos que, em 2012, o GDF deu prosseguimento aos projetos iniciados em anos anteriores e concluiu diversas obras. A seguir estão algumas das realizações do exercício:

- Execução de obras de urbanização no Distrito Federal;
- Gestão das águas e drenagem urbana com a proteção dos recursos hídricos e melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de vários locais do Distrito Federal;
- Desenvolvimento sustentado do Distrito Federal, mediante ações de planejamento, monitoramento e controle urbano e territorial;

- Reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha (Copa 2014);
- Construção de subestação de eletricidade do campus da UnB em Ceilândia;
- Construção de Quadras de Esportes;
- Finalização da Torre de TV Digital;
- Melhoria das estruturas físicas das unidades da SES – Reforma da Hemodiálise do Hospital de Sobradinho;
- Execução de obras e serviços de infra-estrutura e urbanização de interesse social.

3 – MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA

O Governo do Distrito Federal definirá em momento oportuno, o interesse em revisar o Programa em vigor, visto que a revisão é facultativa neste segundo ano de execução.

4 – PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2013 A 2015

As projeções das metas anuais e para os anos subseqüentes foram estabelecidas em função das expectativas quanto ao desempenho das atividades econômicas do país e das projeções para outros indicadores macroeconômicos. Dessa forma, as metas fiscais para o Distrito Federal, no período 2013 a 2015, têm como base os parâmetros econômicos da taxa inflacionária, combinada com o crescimento da economia nacional e com a política fiscal de busca de superávit de resultados fiscais.

TABELA 8 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2013		2014		2015	
	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes
Receitas Primárias	17.141	16.244	18.129	16.330	19.618	16.834
Despesas Primárias	17.130	16.233	18.118	16.320	19.607	16.825
Resultado Primário	11	10	11	10	10	9
Resultado Nominal	1.730	1.476	558	502	166	143
Dívida Pública Consolidada	5.779	5.476	6.331	5.702	6.473	5.554

FONTE: Lei nº LEI Nº 4.895/ 2012(LDO/2013).

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual-LOA/2013 (Lei nº 5.011/2012), a Receita Orçamentária do Distrito Federal para 2013 foi estimada em R\$ 18,9 bilhões, sendo R\$ 15,9 bilhões recursos do Tesouro e R\$ 3 bilhões de Outras Fontes de Recursos, com a fixação da despesa orçada no mesmo valor e Resultado Primário de R\$ 10 milhões.

TABELA 9 - RECEITAS LEI ORÇAMENTÁRIA - TODAS AS FONTES (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Receitas Correntes	16.164	2.108	18.272
Receita Tributária	11.812	-	11.812
Receita De Contribuições	162	1.268	1.430
Receita Patrimonial	199	20	219
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	32	345	377
Transferências Correntes	3.142	7	3.149
Outras Receitas Correntes	818	468	1.286
Receitas de Capital	1.256	651	1.907
Operações de Crédito	1.008	-	1.008
Alienação de Bens	16	-	16
Amortizações	8	-	8
Transferências de Capital	225	651	876
Receitas Intra-Orçamentárias	12	290	302
Dedução das Transferências Correntes (FUNDEB)	(1.504)	-	(1.504)
Total	15.928	3.050	18.978

Fonte: Lei nº 5.011/2012(LOA/2013).

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2013 a 2015 consistem em:

a) base de cálculo

As projeções de receitas tributárias para o período de 2013 a 2015 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI de acordo com a espécie do tributo, contemplados como metas na projeção para o exercício de 2013 e seguintes.

Em relação ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, está se prevendo um comportamento com base na manutenção da folha de pagamento, acrescida de 3,7% (três vírgula sete por cento), em média, a título de crescimento vegetativo, além dos incrementos na despesas autorizados e programados para o exercício.

No que diz respeito às demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, considerou-se a correção sobre os valores previstos para o exercício de 2012 (Lei Orçamentária + créditos, base abril), utilizando os índices de inflação (IPCA) e da variação do crescimento real do PIB da União. Foram excluídas dessa premissa as receitas abaixo relacionadas, cujas projeções foram elaboradas pelos órgãos especificados, seguindo legislação específica e diferentes modelagens estatísticas:

- 1.) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Consolidada Líquida foram elaboradas pela Subsecretaria do Tesouro, que segue as programações para captação ajustadas com o Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF;
- 2.) As Receitas com Alienações de Bens foram informados pelos órgãos que tem previsão de venda de ativos;
- 3.) As Receitas de Transferência de Capital tiveram origem basicamente nas transferências programadas pela TERRACAP, com recursos oriundos da vendas de imóveis e projeções, sob a sua administração;
- 4.) A Receita da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP foi projetada considerando seu comportamento, médio, nos últimos três exercícios;
- 5.) As Receitas derivadas das contribuições dos servidores para o Regime Próprio de Previdência Social e da contribuição patronal foram elaboradas pela SEPLAN a partir das estimativas de despesas de pessoal recebidas da Secretaria de Administração Pública - SEAP;

Em relação às demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores previstos para o exercício de 2012 (Lei Orçamentária + créditos, base abril), utilizando os índices de inflação (IPCA) e da variação do crescimento real do PIB da União. Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, em conformidade com os processos de contratação de crédito, instante em que se busca o equilíbrio fiscal.

b) hipóteses macroeconômicas

Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional.

Assim, para o triênio considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,75%, 4,32% e 4,35% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,12%, 5,71% e 5,80%, respectivamente, para 2012, 2013 e 2014, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio governamental <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/04/30/mercado-financeiro-volta-a-elevar-estimativa-para-inflacao-oficial-em-2012>

A estimativa das despesas para o exercício de 2013 foi programada no mesmo valor das receitas, e seguem detalhadas, segundo as categorias, na tabela abaixo:

TABELA 10 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ milhões)

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	12.252	2.129	14.381
Pessoal e Encargos Sociais	7.187	1.607	8.794
Juros e Encargos da Dívida	192	3	195
Outras Despesas Correntes	4.873	519	5.392
Despesas de Capital	3.510	690	4.200
Investimentos	3.042	687	3.729
Inversões Financeiras	278	0	278
Amortização da Dívida	190	3	193
Reserva de Contingência	167	231	397
Total	15.928	3.050	18.978

Fonte: Lei nº 5.011/2012(LOA/2013).

A projeção das despesas de pessoal foi estabelecida pela apuração da folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo, verificada até o mês de março de 2012, adotou-se ainda a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 3,7% ao ano, acrescida das tradicionais estimativas de aumento de despesas de pessoal, como a criação de cargos e carreiras, os reajustes remuneratórios e as nomeações decorrentes de concurso público. Somam-se a isso as despesas com terceirização, indenizações trabalhistas e sentenças judiciais, por suas características eventuais. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Para definição dos valores a serem custeados com recursos do Distrito Federal, levou-se em conta a diferença das despesas de pessoal não suportadas pela União, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, relativamente às unidades das áreas de saúde e educação, o chamado transbordo.

As despesas relacionadas à operação de crédito, juros e encargos e amortização da dívida pública, concessão de empréstimos e financiamento, foram informadas pela Secretaria de Fazenda. Em percentual da Receita Corrente Líquida, estabelecem-se os valores da Reserva de Contingência, com 3% no PLOA e 1% na LOA aprovada.

Relativamente à reserva orçamentária do RPPS, foram considerados os recursos decorrentes da contribuição patronal e dos servidores nomeados nos quadros do Distrito Federal a partir de janeiro de 2007, acrescidos da diferença positiva entre a receita e a despesa previdenciária projetadas para o exercício.

Os investimentos estão orçados em R\$ 1,4 bilhão. O restante dos recursos será destinado para as despesas correntes, em montante suficiente para financiar as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado contratadas.

Importante ressaltar que a despesa de pessoal a partir de janeiro de 2009 tende a reduzir no montante de recursos destinados ao custeio de inativos e pensionistas, pois, como o controle, a arrecadação, as aplicações financeiras e os pagamentos passaram a ser efetuados pelo Instituto de Previdência Social do Servidor do Distrito Federal – IPREV-DF, a contabilidade é diferenciada, na forma do Manual de Contabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, combinado à Portaria Conjunta SOF/STN nº 03, de 14.10.2008, inclusive com Reserva Própria do RPPS, para pagamentos futuros.

Após aprovação da LOA/2013 e com base nos valores das receitas e despesas, foi montada a programação financeira para o órgãos do Poder Executivo, de R\$ 17,2 bilhões, nos grupos de despesas 1 a 6, de um total de R\$ 18,9 bilhões das dotações orçamentárias aprovadas, incluindo as Reservas (grupo 9). Já para o Poder Legislativo as dotações autorizadas representaram o valor total de R\$ 671 milhões.

Ressalta-se que a diferença de R\$ 619,6 milhões, originária da Fonte 100 – Ordinário não Vinculado, foi contingenciada nos grupos de despesas 3, 4 e 5, com base na reavaliação das receitas tributárias para o exercício de 2013, elaborada pela Subsecretaria da Receita/SEF, fato motivado pelo intervalo de tempo entre o envio do PLOA/2013, sua aprovação e o início do exercício financeiro.

Dentre as várias ações previstas para comporem as metas de arrecadação própria, a Subsecretaria da Receita, promoverá para o triênio 2013-2015, às seguintes ações:

- Ampliação das atividades de monitoramento sobre os contribuintes do ICMS e do ISS;

-
- Regulamentação, nos Decretos do ICMS e do ISS, das alterações promovidas quanto ao descumprimento das obrigações tributárias, introduzidas na Lei nº 1.254/96 pela Lei nº 4.982/12;
 - Cobrança do atendimento das decisões/determinações expedidas pelo contencioso administrativo-fiscal de primeira instância com objetivo de aumentar a celeridade nos trâmites processuais;
 - Priorização da análise e do julgamento do contencioso administrativo-fiscal atendendo aos critérios de antiguidade do lançamento, valores elevados, natureza da autuação, interesse da sociedade pelo caráter educativo e alcance social, como exemplo o Nota Legal, ou sujeito passivo;
 - Auditoria para manutenção ou não da imunidade constitucional em entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos;
 - Vistorias em imóveis imunes e isentos para verificação da manutenção dos requisitos para fruição de benefício tributário;
 - Inclusão das informações sobre os incentivos concedidos no âmbito do programa de desenvolvimento PRÓ-DF no sistema de controle da legislação tributária - SISLEG/SEF, possibilitando maior controle da fiscalização;
 - Aprimoramento dos critérios de análise na concessão de regimes especiais;
 - Atualização do cadastro imobiliário da Secretaria de Fazenda por meio de vistorias fiscais para verificação de área construída, bem como inclusão de imóveis e atualização da área construída com base no geoprocessamento;
 - Cobrança do IPVA de veículos sujeitos ao arrendamento mercantil em nome dos arrendatários de forma a alcançar o contribuinte de fato;
 - Cobrança do ITBI por meio das construtoras com o propósito de agilizar a cobrança do imposto;
 - Cobrança do ITCD sobre doações realizadas entre 2008 e 2010;
 - Lançamento da TLP em nome dos inquilinos de imóveis de entidades sujeitas a imunidade ou isenção;
 - Lançamento do IPTU/TLP em nome dos contribuintes que ocupam os imóveis da INFRAERO, para fins comerciais, e atribuir a estes a obrigação de pagamento do IPTU/TLP;
 - Ajuste no lançamento do IPTU/TLP de imóveis construídos, mas que, por motivos diversos e/ou protelatórios, não possuem carta de "habite-se";

-
- Integração do cadastro fiscal de contribuintes com o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC com o propósito de reduzir o prazo de registro de empresas na Junta Comercial do DF – JCDF e o número de empresas registradas na JCDF sem inscrição no cadastro fiscal;
 - Intensificação da cobrança de débitos declarados, mas não pagos pelo procedimento de cobrança Rito Especial;
 - Implantação da Denegação Interestadual de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e por irregularidade do emitente ou do destinatário, fazendo com que o contribuinte com pendência cadastral não consiga emitir NF-e nem figurar como destinatário de uma NF-e emitida por contribuintes de outros estados;
 - Combate à omissão na entrega do Livro Fiscal Eletrônico – LFE;
 - Depuração do cadastro fiscal, impedindo o exercício de atividades por contribuintes em situação irregular;
 - Estabelecimento da obrigatoriedade do uso da NF-e para alguns ramos de prestação de serviços;
 - Atualização da legislação e do sistema de acompanhamento do Programa Nota Legal;
 - Cobrança administrativa, viabilizando a realização de programas de recuperação de crédito.

Além disso, o Governo tem como metas promover uma série projetos e obras que beneficie toda à população do Distrito Federal, dentre outros, cita-se:

- Implantação do projeto de urbanização - Programa Brasília Sustentável II;
- Programa de gestão das águas e drenagem urbana do distrito federal - Águas do DF;
- Gestão, manutenção e serviços ao estado - Gestão Pública;
- Gestão, manutenção e serviços ao estado - Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Agricultura e desenvolvimento rural;
- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde;
- Modernização e melhoria da infraestrutura das áreas de desenvolvimento econômico do DF – Procidades;
- Programa de aceleração do crescimento – PAC;
- Transporte integrado e mobilidade.

Concomitantemente, honrará as despesas obrigatórias incluídas o custeio de áreas prioritárias como saúde e educação, bem como o cumprimento integral da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONCLUSÃO

O Governo do Distrito Federal tem pautado suas ações fiscais com o objetivo de atender as demandas sociais, por intermédio dos investimentos e gestão correta do gasto público, com vistas ao desenvolvimento regional no que tange a distribuição de renda e ao crescimento econômico, bem como, na outra ponta viabilizar o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e as outras normas que regulamentam as atividades financeiras e orçamentárias do governo, com a finalidade do princípio da segurança jurídica.

Por intermédio desse relatório conclui-se que o Governo do Distrito Federal em 2012 atingiu com folga a meta da Relação Dívida/Receita Líquida Real (23% da RLR). Apresentou Resultado Primário deficitário de R\$ 433 milhões, ainda assim, superou a meta estabelecida pelo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que previa um déficit no resultado primário de R\$ 457 milhões.

No que diz respeito ao índice Despesas com Pessoal/Receita Corrente Líquida (RCL) atingiu a meta ficando em 52,23%, dentro do limite de 60% da RCL (excluídas as despesas de inativos e pensionistas). Por outro lado a meta sobre a Relação dos Investimentos e Inversões Financeiras/Receita Líquida Real foi de 15,47% face aos 14,02% programados. Houve uma arrecadação das Receitas Próprias superior em R\$ 70 milhões em relação à meta estabelecida.

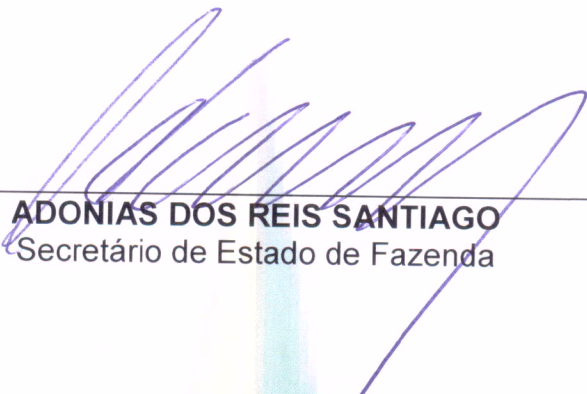
No que diz respeito às ações compromissadas na meta de Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos, realizou as ações compromissadas na meta, contudo no índice Outras Despesas Correntes/Receita Líquida Real ficou em 43,44%, acima dos 43,22% acordados no programa.

Considerando que o Distrito Federal manteve a situação de equilíbrio fiscal e controle de seu endividamento é esperado que seja considerado adimplente nas metas definidas pelo Programa.

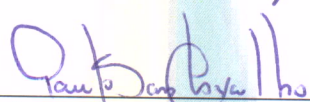
Em decorrência do relatado neste documento, o Governo do Distrito Federal coloca-se à disposição para esclarecimentos que, por ventura, sejam necessários.

IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES

Brasília, 29 de maio de 2013.

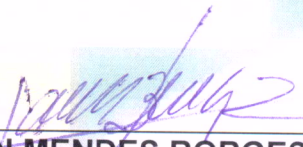


ADONIAS DOS REIS SANTIAGO
Secretário de Estado de Fazenda



PAULO SANTOS DE CARVALHO
Subsecretário do Tesouro

Responsável pela elaboração e consolidação dos dados e informações:



ANDERSON MENDES BORGES
Gerente de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal
Telefone de contato: 3312-5913